

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



Disciplina: GESTÃO DE ÁREAS ESPECIAIS

### **OBJETIVO:**

A disciplina objetiva debater a relação entre as dinâmicas espaciais, o ordenamento e a gestão de áreas especiais em suas múltiplas escalas: unidades de conservação, terrenos de marinha e terrenos marginais, terras indígenas, territórios remanescentes de quilombo.

### **EMENTA:**

Análise dos aspectos conceituais, metodológicos e legais do planejamento e gestão de áreas especiais ou espaços especialmente protegidos. O território como meio de aferição de direitos. Tipologias de áreas protegidas: unidades de conservação, terras de quilombo, terras indígenas e outras. Instrumentos e mecanismos de controle, criação, demarcação e gestão de áreas especiais nas três esferas de governo. Análise crítica sobre os instrumentos utilizados para gestão de áreas especiais: planos de manejo de unidades de conservação, planos de desenvolvimento sustentável de áreas remanescentes de quilombo, planos de gestão socioambiental.

## **BIBLIOGRAFIA:**

AGUIAR, R. A. R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998. 160 p.

ALMEIDA, A. W. B. de A. Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito. Belém: UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_\_. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". Caderno CRH, Manaus, v. 25, n. 64, p. 63-72. abr. 2012. Disponível em: . Acesso em: 13 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Terras de quilombos, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: UFAM. 2008.

ARAÚJO, M.A.R. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à Gestão de Classe Mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC. 2007. 272 p

BELL, S.; MORSE, S. Resilient Participation: Saving the Human Project? New York: Routledge, 2012.

BRASIL. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Decreto 5.758, de 13 de junho de 2006, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, DF.

DIEGUES, A C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: USP. 1994. 163p.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



DIEGUES, A. C; MOREIRA, A. de C. (Orgs.), **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza.** São Paulo: Hucitec e NUPAUB- USP, 2000.

JACOBI, P. R.; XAVIER, L. Y. E MISATO, M. T. **Aprendizagem social e unidades de conservação: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais**. Sao Paulo: PROCAM, 2013. 94p.

JACOBI, P. R. **Governança ambiental, participação social e educacao para a sustentabilidade**. In: PHILIPPI, A. (Org). Gestao da Natureza Publica e Sustentabilidade. Sao Paulo: Editora Manole, 2012. p. 343-361.

CROZET S. Ministère de l'Ecologie et du développement durable, GIP Atelier technique des espaces naturels, délégation à l'Aménagement du territoire et à l'action régionale, ministère des Transports, de l'équipement, du tourisme et de la mer, Office national des forêts, Conservatoire de l'espace littoral et des rivages lacustres, ministère de l'Agriculture et de la pêche. Ed. Medd- Aten, 2005.

LEUZINGER, M. D. **Meio Ambiente: propriedade e repartição constitucional de competências**. Rio de Janeiro: Esplanada, 2002. 152 p.

MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1992. 606 p.

MCCORMICK, J. Rumo **ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1992. 224 p.

MORAES, M. B. R. de. Implementacao das Areas de Protecao Ambiental Federais: o enfoque da gestao. 2011, 238f. Tese (Doutorado em Geografia Fisica). Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras, Universidade de Sao Paulo. Sao Paulo, 2011.

PEREIRA, P. F. Conceito e implicações dos espaços territoriais especialmente protegidos no ordenamento ambiental. 2006, 63 p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental), Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. Ambiente sociedade. Campinas , v.11 n.1 jan./june 2008.

ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; VASCONCELLOS, M. **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas territoriais,** participação social e ação local na **Amazônia.** Belém: UFPA, 2016, 260 p.

SANTOS, V. M. N.; BACCI, D. **Mapeamento Socioambiental para Aprendizagem Social**. In: JACOBI, P.R. (Org.). Aprendizagem Social- Dialogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Agua. Sao Paulo: Procam, 2011. p. 63-83.

WALS, A. E. J. (Org.). Social learning towards a sustainable world: principles, perspectives, and praxis. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2007.